

Os custos de não sermos Europa

Os partidos eurocéticos protestam perante a infinidade de assuntos que se tratam em Bruxelas. Esta queixa tem talvez mais sentido agora, pois com as alterações do Tratado de Lisboa, o Parlamento saído das eleições de maio tem mais poder do que o anterior. Mas é interessante avaliar também o que as decisões do Parlamento Europeu podem poupar ao bolso dos cidadãos e o que a UE contribui para o progresso da paz.

No princípio dos anos 80, o Parlamento interrogou-se sobre quanto custaria viver numa Europa sem mercado comum. O relatório Albert e Ball, publicado em agosto de 1983, calculou que cada trabalhador teria de dedicar uma semana de trabalho extra por ano para pagar o que economiza por pertencer à UE. Além disso, a ausência de um mercado comum traduzir-se-ia numa queda de 2% no PIB de cada Estado-membro.

Este relatório, publicado num momento de crise económica como a atual, serviu para criar o conceito de “valor acrescentado europeu”, um indicador que faz referência ao que ganham os Estados-membros e os seus cidadãos quando os interesses nacionais e os comunitários se equilibram.

Agora, o relatório “Mapping the Cost of Non-Europe, 2014-2019” estima que, se o Parlamento Europeu adotar uma série de medidas que tem pendentes para a legislatura decorrente das eleições, os lucros potenciais para a economia europeia seriam próximos de 800.000 milhões de euros, o equivalente a 6% do PIB europeu atual. Isso contribuiria para o objetivo de crescimento que se propôs a UE, com exceção da dívida.

Os grandes números deste relatório compreendem-se melhor à luz de dois exemplos da última sessão plenária do Parlamento Europeu, ocorrida a 3 de abril. Entre outras coisas, os eurodeputados aprovaram em primeira leitura um projeto de lei que elimina o sobrecusto para utilizar o telemóvel no estrangeiro (*roaming*), a partir de 15 de dezembro de 2015. Também defenderam medidas para reduzir as comissões bancárias sobre os pagamentos com cartão dentro da UE, ainda que a votação definitiva esteja pendente.



O relatório baseia-se em estimativas preliminares, que podem mudar sendo aprovadas ou não as políticas propostas pelo novo Parlamento. Algumas tiveram amplo apoio na sessão plenária.

O maior benefício viria da criação de um mercado digital único: cerca de 260.000 milhões de euros por ano. As medidas nesta área pretendem eliminar as barreiras ao comércio eletrónico e impulsionar um sistema de compra *on-line* mais cómodo e seguro.

Outra parte importante do bolo (235.000 milhões de euros) é constituída pelas medidas para melhorar o funcionamento do mercado único: facilidades às PME, maior informação aos consumidores, assistência médica transfronteiriça, compra e aluguer de veículos, reconhecimento de títulos profissionais...

Outras áreas que oferecem benefícios potenciais importantes são: a criação de uma zona de comércio livre entre a UE e os EUA (60.000 milhões/ano); uma melhor integração dos mercados financeiros (outros 60.000 milhões/ano); medidas para consolidar o mercado energético europeu de distribuição de eletricidade e gás (50.000 milhões/ano)...

Há ainda outros números menos espetaculares - como os relativos à unificação do Direito internacional privado ou o dos documentos oficiais -, mas continuam a envolver uma poupança para o bolso dos europeus e mais facilidades para a sua vida quotidiana.

Os eurocéticos censuram a UE por continuar a avançar com o mercado único, ao mesmo tempo que os governos da Alemanha e do Reino Unido começaram a pôr entaves à livre circulação dos europeus “pobres” (“Aceprensa”, 3.4.2014). Mas esta crítica é exagerada, pois a Comissão Europeia

tentou impedir este problema várias vezes. Refutou a ideia de que a livre circulação na UE favoreça o dito "turismo de prestações" ("Aceprensa", 16.2.2013). Além disso, a vice-presidente da Comissão, Viviane Reding, advertiu o Reino Unido de que "a livre circulação não é negociável" para um Estado-membro.

Também não é equilibrada a crítica daqueles que acusam a UE de se entregar totalmente às questões económicas e comerciais. Se bem que nos últimos tempos tenha tido uma deriva tecnocrática, distanciada do entusiasmo e dos ideais dos fundadores da União, não abandonou completamente as motivações políticas de maior importância.

Grande parte do valor acrescentado europeu reside precisamente no seu empenho estabilizador, que permitiu "transformar a maior parte da Europa de um continente de guerra num continente de paz", como reconheceu o júri do prémio Nobel da Paz 2012. O galardão foi concedido pela "contribuição da UE durante mais de seis décadas para o progresso da paz e a reconciliação, a democracia e os direitos humanos na Europa".

Um exemplo concreto é o programa que promove a reconciliação dos bósnios, sérvios e croatas na Bósnia-Herzegovina.

J. M.

(com autorização de www.aceprensa.pt)

Legislação sobre família no Quênia e em Marrocos

Quando o Parlamento do Quênia aprovou a 20 de março uma lei de casamento que permite a poligamia sem necessidade do consentimento da primeira mulher, as divisões não foram por partidos políticos, mas por sexos. Os deputados fizeram causa comum a favor da poligamia, e as deputadas presentes mostraram a sua indignação abandonando a Câmara.

A lei aprovada formaliza no direito civil o casamento contraído de acordo com os costumes tradicionais. Como em muitos países africanos, a poligamia é uma prática comum no Quênia. Mas, tradicionalmente, antes de trazer para casa uma nova mulher, o marido deve obter licença da primeira. Assim estava previsto também na proposta de lei examinada no Parlamento, mas os deputados uniram-se para aprovar uma emenda que suprime tal requisito.

O deputado Samuel Chepkong'a, que propôs a emenda, disse que quando uma mulher se casa de acordo com o casamento tradicional, dá por adquirido que o matrimónio está aberto à poligamia, pelo que não é necessária nenhuma licença.

O debate foi tempestuoso, e as 30 deputadas das 69 que fazem parte da Câmara (20% do total dos lugares) protestaram indignadas. Uma delas, Soipan Tuya, disse que se o marido decide levar outra mulher para casa, "deve ter a coragem de admitir que a sua mulher e a sua família têm direito a saber". As deputadas alegaram também que muitas famílias podem ver-se afetadas economicamente se aquando da morte do marido, a segunda mulher reclamar a herança.

Outras disposições da lei que favoreciam a mulher também foram suprimidas da versão final ao longo do trâmite parlamentar legislativo. Figurava na lei a proibição de o futuro marido pagar uma quantia à família pela mulher, pois quando isto acontece, a esposa é considerada como uma posse após compra. Mas esta cláusula foi suprimida.

O mesmo ocorreu com o direito da mulher a receber uma indemnização no caso da promessa de casamento não ser cumprida. Em assuntos de herança, se antes as mulheres tinham direito a somente 30% do património deixado pelo marido falecido, a nova lei determina que a herança deverá ser distribuída de forma igualitária a partir deste momento. Com a legalização da poligamia, contudo, o sistema de distribuição de herança pode-se tornar caótico, já que será muito difícil determinar juridicamente a quantia a que cada mulher terá direito se um homem polígamo falecer.

Também foi proposto que em união de facto com duração superior a seis meses, a mulher tivesse direito a pensão alimentar para ela e seu filho se fosse abandonada pelo homem. Mas não foi aprovado. A lei também não permite os casamentos entre pessoas do mesmo sexo.

Uma inovação estabelecida na lei é que a mulher deve ter pelo menos 18 anos para se casar. Uma proposta de que esta idade não se aplicasse no caso de casamentos entre muçulmanos foi rejeitada. Mas os líderes muçulmanos apoiaram a lei pelo seu reconhecimento da poligamia.

O primaz católico, o cardeal arcebispo de Nairobi, John Njue, qualificou a lei de inaceitável e pediu ao presidente para não a assinar. "É realmente penoso que hoje o nosso Parlamento possa aprovar normas deste tipo", disse Njue. Pensava-se que com a urbanização e as mudanças económicas e sociais, a poligamia iria desaparecer rapidamente. Mas os costumes familiares são mais resistentes do que parece.

A lei foi assinada pelo presidente, Uhuru Kenyatta, a 29 de abril.

Por outro lado, em Marrocos, a igualdade de direitos entre homem e mulher está longe de se ter alcançado na prática, apesar do Código de Família ter sido reformado há dez anos.

Que uma coisa é mudar a lei e outra a realidade, é visível também em Marrocos. Em 2004, esse país aprovou um novo Código de Família (Mudawana) para reconhecer "a igualdade de direitos de ambos os sexos" e a "responsabilidade familiar conjunta de ambos os cônjuges". Entre as mudanças, figuravam a elevação da idade mínima para se casar dos 15

para os 18 anos, a eliminação do repúdio sem causa a favor do divórcio por mútuo consentimento, e uma limitação da poligamia, que os juízes podiam conceder somente em casos excepcionais.

Mas não foi feita qualquer alteração às regras sobre a herança. A lei, baseada no Alcorão, estabelece que os parentes do sexo masculino recebem o dobro que a mulher.

Dez anos depois, segundo uma reportagem publicada no “The New York Times” (16.3.2014), a aplicação do Código de Família deixa muito a desejar. Embora a lei tenha fixado a idade mínima para casar nos 18 anos, muitas famílias rurais estão desejosas de casar as suas filhas antes, e os juízes concederam a sua licença para admitir exceções em 90% dos casos que lhes foram apresentados.

A herança continua a ser um dos temas mais debatidos. O partido islamista, no poder, continua apegado ao estabelecido no Alcorão. O partido socialista, na oposição, solicitou um debate nacional sobre o direito sucessório. As organizações feministas reclamam o fim da discriminação feminina em assuntos relativos a propriedade e dinheiro. Ao fim e ao cabo, todos consideram que seria necessária a arbitragem do rei Mohammed VI, pois somente ele tem a autoridade suficiente para que a sua decisão seja aceite.

“O Chef”

“Chef”

Realizador: Jon Favreau

Atores: Dustin Hoffman, Sofia Vergara, Scarlett Johansson

Duração: 114 min.

Ano: 2014

Um filme num registo de comédia mas que toca em questões essenciais da vida de cada indivíduo. Tudo começa quando um reputado cozinheiro entra em conflito com um crítico gastro-nómico que classifica com poucas estrelas os seus pratos nas redes sociais. Como esse “Chef” não domina as “artes digitais do Twitter e Facebook”, envolve-se numa polémica que afeta o bom nome do restaurante onde trabalha. Os comentários que faz, chegam a milhares de seguidores do crítico/jornalista que, por sua vez, geram mais e mais comentários. Tudo se precipita até que o dono do restaurante se vê obrigado a despedi-lo e fica sem emprego. O sonho de ser mesmo “Chef” esfuma-se...

A sua vida é abalada. Dedicara-se a essa paixão gastronómica com toda a alma. Até perdera a família. Tenta então retomar o contacto com o filho ainda adolescente e com a sua ex-mulher. O rapaz começa a ensinar-lhe como se deve funcionar com as redes sociais. Cria-lhe uma página pessoal, começam a usar o

Twitter e passam os dois mais tempo juntos. O “Chef” vai refletindo no que lhe acontecera e resolve lançar-se no seu próprio negócio: investir numa carrinha de *fast-food* com sabores especiais. Faz um estudo de mercado, pensa no público-alvo e contrata um dos seus mais experientes funcionários do antigo restaurante, que se encontrava desmotivado desde que o “Chef” de lá saíra. Mas o mais importante, é que convida o filho a colaborar com ele. Os laços entre ambos estreitam-se. Como o rapaz domina as redes sociais, começa a divulgar na Internet os *menus* que o pai faz, indica a localização da carrinha em cada dia e faz disso um “evento”. As artes do “Chef” atingem uma escala imprevista. Além disso, ele ganha um novo sentido para a sua vida e vai procurar com este seu novo trabalho “na” cozinha e “a partir dela”, unir toda a família separada. O *happy end* final, com a reconciliação familiar, revela a importância que pode ter uma boa refeição, pois é capaz de proporcionar excelentes conversas e o arranque para decisões vitais estimulantes.

Tópicos de análise:

1. As redes sociais ajudam a expandir um negócio.
2. Os bons comentários de pessoas reais credibilizam as notícias digitais.
3. A estabilidade emocional e familiar potencia o desempenho profissional.
4. As dificuldades são um problema mas também novas oportunidades.

Link para o filme:

www.imdb.com/title/tt2883512/

Paulo Miguel Martins

Professor da AESE

